O POSICIONAMENTO FARISAICO E ESSÊNIO FRENTE AO DOMÍNIO ROMANO NA JUDEIA

Jorwan Gama da Costa Junior¹

RESUMO: Neste artigo, objetivamos apresentar de que forma a configuração das facções políticoreligiosas judaicas, em especial os fariseus e esssênios, obstaculizavam o processo de dominação imperial romana na Judeia. A fim de que possamos alcançar nosso objetivo, analisaremos passagens das obras de Flavio Josefo: Guerras Judaicas e Antiguidades Judaicas.

PALAVRAS-CHAVE: judeus; romanos; dominação imperial; facções político-religiosas.

ABSTRACT: We aim, in this article, to show how the way of the configuration of jewish politic-religious factions, specially the farisees and essenes, raised difficulties to the roman imperial domination in Judea. To reach our main point, we will analize passages of Josefo's books: Jewish War and Jewish Antiquates. KEY WORDS: jewish; romans; imperial domination; political-religious factions.

Em 63 d.C., após quase cem anos de intervenção – ainda que indireta – no processo de emancipação dos judeus do jugo selêucida, Roma agiu diretamente na região devido às contendas entre os herdeiros do trono de Alexandre Janeu, Hircano II e Aristóbulo II. O processo de conquista da Judeia, cujo primeiro passo fora o acordo com a dinastia Hasmoneia², entrava, a partir deste momento, em um novo plano. Foi preciso cooptar a elite, buscar a colaboração política da dinastia governante e introduzir um governo cliente.

Pretendemos realçar a importância do empenho dos romanos em obter colaboração política dos governantes judeus como uma das estratégias de dominação imperial romana na Judeia. No Ocidente Germânico, onde encontramos uma estrutura tribal de sociedade, os romanos, a fim de consolidarem sua dominação imperial na região, difundiram seus padrões culturais, como os *fora* e anfiteatros. No Oriente, entretanto, o contato prévio com culturas helenísticas e a existência de identidades culturais estabelecidas e coesas obstaculizaram a implementação da mesma estratégia de dominação romana.

² Consolidada a vitória da facção comandada pelos macabeus, estes assumiram o poder na Judeia dando início ao reinado da dinastia Hasmoneia.

¹ Mestre em História Comparada pelo PPGHC-UFRJ. Professor-tutor de História Antiga da CEAD-UNIRIO. Membro do NERO-UNIRIO.

De acordo com o que foi explicitado, tratamos de contatos culturais entre judeus e romanos e da heterogeneidade social judaica. Sendo assim, optamos pelas definições de Marc Augé apresentadas na obra "O Sentido dos Outros", que afirma que numa mesma cultura é possível evidenciarmos realidades sociais diferentes e por vezes contrastantes. Augé (1999, p.12) entende por cultura uma série de elementos simbólicos estruturadores da vida social de um grupo, os quais permitem que um indivíduo se reconheça como parte de um grupo e estabeleça quem dele é excluído, criando, deste modo, sua identidade cultural. Desta forma, o antropólogo consegue estabelecer relações entre cultura, sociedade, identidade e alteridade.

Na busca pelas especificidades de cada cultura, o pesquisador tem de estudar as sociedades, locais da manifestação dos elementos simbólicos culturais, deste modo, só poderíamos chegar à cultura estudando as sociedades nela existentes. Esta diferenciação entre cultura e sociedade é deveras relevante, pois a partir disso podemos apreender que de um mesmo contexto cultural pode emergir uma diversidade social que estabelece uma diferenciação entre membros de uma mesma cultura. Rompe-se com a ideia de homogeneidade cultural, pois tão importante quanto estabelecer uma barreira entre o *eu* e o *outro* é o estabelecimento das diferenças de grupos dentro de um mesmo sistema social (AUGÉ, 1999).

Destas definições já podemos apresentar algumas conclusões no que diz respeito a fariseus e essênios. Primeiramente, é importante notar que tratamos de grupos que faziam parte de uma mesma cultura, mas que desempenhavam papéis diferentes ou, em outras palavras, possuíam identidades que se diferenciavam. Trata-se daquilo que Augé intitulou de "ambivalência", fenômeno que se repete a ponto de criar uma série de identidades menores dentro de uma identidade cultural (AUGÉ, 1999, p.43).

Na historiografia a respeito da sociedade judaica, entre o período helenístico e romano, é comum vermos a denominação de facções aos grupos que lutavam pelo poder na sociedade judaica (SILVA, 2004; CHEVITARESE, 2004b; KIPPENBERG 1988; GOODMAN, 1994). Devido aos interesses políticos e religiosos de fariseus e essênios (SALDARINI, 2005, pp.74-75), utilizaremos, constantemente, a expressão *facções político-religiosas* para nos referirmos a eles. Importante ressaltar que, a despeito das diferenças, os indivíduos participantes destas facções são judeus, uma vez que

compartilhavam a crença no tripé identitário judaico: monoteísmo, observância do *shabbat*, e circuncisão (WILLIAMS, 2000, p.305)³.

Os Essênios e a Comunidade de Qumran:⁴

Benedikt Otzen (2003, pp.178-185), apresenta quatro características fundamentais a respeito desta facção judaica: a separação do restante da população, a prática da propriedade comum, ascese, e o rompimento com o culto ao Templo (a instituição do Mestre da Justiça).

Na leitura de Josefo, podemos, segundo Otzen (2003, pp. 178-185), ter duas visões a respeito do essenismo. A primeira seria a de um movimento que representava o lado mais nobre do judaísmo; o que contrasta com a visão de E. Schurer (1995), para quem os fariseus representariam a camada mais nobre do judaísmo. Já a segunda vertente seria a de um movimento sincrético com elementos da religião/filosofia persa, babilônica e egípcia.

Ainda tendo como base Josefo, Otzen (2003) enumera como outras características essênias: o desdém ao casamento, ordem de ancianidade e uma proposta de *shabbat* mais severo do que o dos outros judeus. A contradição de Otzen reside no fato dele defender concomitantemente *shabbat essênio* mais severo do que os dos outros grupos judeus e uma relação dessa facção com culturas pagãs orientais.

Emil Schurer (1995) nos dá uma boa visão sobre o essenismo utilizando como fontes Josefo, Philo e Plínio. Tratou, primeiro, de descrever a sociedade essênia como uma "ordem monástica" bem estruturada e hierarquizada, que pregava o seguimento mais estrito da lei mosaica, sem com isso deixar de acrescentar as interpretações de seus pais. Além disso, Schurer (1995), com base em A. J. XVIII I, 22⁵, estima que existia na Palestina um número de 4000 membros da comunidade essênia. Era característica essênia, ainda, a crença na imortalidade da alma, que sofreria as benesses ou o sofrimento eterno no outro (SCHURER, 1995).

³ O artigo de Williams aborda como este tripé identitário foi uma das maiores dificuldades de assimilação das comunidades judaicas dentro da Península Itálica.

⁴ Na análise das facções político-religiosas, optamos, mais uma vez, por não transcrever as passagens da documentação analisada. É possível ver, outrossim, a importância da análise de conteúdo para nosso trabalho com a documentação, uma vez que faremos nosso trabalho interpretando categorias de análise retiradas das fontes.

⁵ Vou me referir ao livro "História da guerra dos judeus contra os romanos" de Flávio Josefo por meio da abreviação G.J. Também abreviarei o nome do livro "Antiguidades Judaicas", também de Josefo, referido sob a alcunha de A.J.

Compartilhamos da ideia de Emil Schurer (1995, p.583), de que a Comunidade de Qumrãn representava uma ramificação mais radical dos essênios. Segundo aquele autor, as descobertas mostram Qumrãn como um dos estabelecimentos essênios, e que sua ocupação teria sido feita na mesma época de formação do grupo essênio, ou seja, entre o reinado de Jonatas e a Primeira Revolta contra os romanos. Por fim, sua vida comum descrita pelos manuscritos do Mar Morto seria muito próxima daquilo que os essênios pregavam.

A respeito do essenismo, Schurer (1995, p.568) ainda nos diz que era um movimento que não estava limitado ao deserto, sendo seus membros considerados mestres da moralidade. A luxúria, sob o ponto de vista essênio, era a corrupção do corpo e da alma, algo que deveria ser de todo o modo evitado. Assim, a saída para o deserto seria uma atitude mais exemplar do que segregacionista, e representava a não coadunação daqueles judeus ao processo de cooptação estrangeira das elites judaicas em Jerusalém.

Schurer (1995, p. 572) ainda afirma que os essênios seguiam as leis mosaicas de forma tão ou mais estrita que os fariseus, além de codificarem algumas tradições orais. Lembremos que foram os fariseus que receberam a fama de serem os mais puros e os mais estritos seguidores da lei mosaica. Tal comparação pode ser feita em relação à comunidade judaica de Jerusalém, visto que os essênios, apesar de não se concentrarem em Jerusalém, também eram vistos como seguidores estritos da Lei. Entretanto, conforme visto em A. J. XVIII, I, não mandavam as oferendas ao Templo de Jerusalém, como deveriam ser enviadas, e não respeitavam o Sumo sacerdócio. Tais atos podem ter contribuído para o aumento de prestígio dos fariseus como a facção que seguia a lei mosaica da forma mais estrita.

Assim como Schurer, John P. Meier (2004, p. 207) também considera os qumranitas como uma ramificação dos essênios e traça a escatologia qumranita como uma característica importante desta facção. Tal escatologia essênia/qumranita era baseada na ideia de que no fim do mundo haveria a batalha entre os filhos da luz (qumranitas) e os filhos das trevas (restante da população), na qual os primeiros ganhariam para ascender ao reino dos céus. Dessa forma, concordamos com a posição de John Meier que indica que os essênios haviam rompido com os judeus que não os seguissem.

Meier (2004, p. 218) ainda enfatiza a atitude de oposição dos essênios/qumranitas em relação ao templo de Jerusalém. A separação ocorreu durante o

reinado Hasmoneu, cuja dinastia não tinha direito legal ao Sumo sacerdócio, mas mesmo assim o assumiu. O Mestre-da-justiça, o líder essênio, seria, segundo Meier (2004), um Sumo sacerdote zadoqueu.⁶

Notemos que as percepções de Schurer e Meier aproximam-se, e seus estudos tendem a ver os essênios/qumranitas como uma facção judaica, e não como uma comunidade com características pagãs ou helênicas, como propôs Otzen. Sendo assim, temos em vista algumas considerações que serão nosso ponto de partida para a análise da posição desta facção judaica em relação ao domínio imperial romano:

1º Os essênios e os qumranitas configuravam um único movimento, no qual os últimos formavam uma ramificação dos primeiros.

2º Os essênios faziam uma oposição aos judeus que não aceitaram seu modo de vida e àqueles que se submeteram às ordens de um Sumo sacerdócio não zadoquita.

3º. Apesar da oposição ao Sumo sacerdócio não zadoquita, enviavam as oferendas ao Templo, configurando uma posição dúbia em relação a um dos maiores símbolos do judaísmo.

Uma das questões que foram levantadas anteriormente foi a respeito do caráter judeu deste grupo. Em A. J. XVIII, 18-22 Josefo nos confirma o caráter judaico dos essênios. Desse modo, fica mais uma vez descartada a ideia de Otzen de que os essênios teriam características pagãs e orientais.

Ainda tendo como foco o caráter judeu dos essênios, Flavio Josefo, em A.J., XVIII, (18-22) aborda religiosamente este grupo, e os apresenta como judeus, pois "enviam votos de oferendas ao Templo". Contudo, há uma oposição ao judaísmo que tem como base o Templo quando ele afirma "mas realizam seus sacrifícios empregando um ritual diferente de purificação". Neste caso, percebemos que os essênios reafirmavam sua condição de judeus, ao mandar oferendas, mas também se mostravam diferentes dos outros judeus, visto que as enviavam em desacordo com as normas. Desse modo, reafirmavam a sua discordância em relação a um templo que consideravam impuro, não mais comandado por um zadokita.

_

⁶ Os zadoquitas seriam a linhagem que descendia do Sumo sacerdote de Salomão, e seriam aqueles que deveriam, por direito, ocupar o cargo de Sumo sacerdote. Ver: MEIER, 2004, p. 218. É preciso lembrar que os macabeus, posteriormente Hasmoneus, apesar de serem os atores principais na luta contra o Império Selêucida, não eram da dinastia zadoquita.

Pelo exposto, podemos ver que os essênios apresentavam-se como contrários a qualquer governo que não fosse o de Deus, qualquer governo que não fosse o da linhagem dos Sumo sacerdotes que eles consideravam legítima, a dos zadokitas. Como o governo romano, obviamente, não era o que eles consideravam enviado por Deus, logo, não era legítimo. Desse modo, os essênios, por suas características, apresentavam-se como resistentes ao domínio romano. A resistência dos essênios aos romanos é fruto de contatos culturais, que levam a uma série de reações entre as culturas envolvidas.

Portanto, a resistência essênia não foi direta aos romanos. Fundamentava-se no aspecto religioso e no fato de os romanos serem governantes estrangeiros. Tratava-se, na visão essênia, da não aprovação de um grupo, os romanos, que se apoderava do poder de forma irregular.

A saída de Jerusalém para o deserto, a não submissão às ordens vindas do Templo de Jerusalém e o envio de oferendas não condizentes com o templo, configuravam, em nosso entender, uma posição política dos essênios de não aceitação das ordens vindas de um governo que não consideravam como legítimo. Ao não aceitarem as ordens de um governo que viam como impuro, os essênios mantinham-se como a facção que seguiria de forma pura o judaísmo, ao mesmo tempo em que se posicionavam politicamente.

A característica dos essênios em se manter como os mais puros judeus, pode ser vista em A. J. XVIII 18-22, na qual Josefo, a todo momento, tenta traçar os essênios como o grupo que gozava da mais alta reputação entre os judeus⁷.". Conforme Josefo apresenta em Guerras Judaicas II 120-134, os essênios seriam únicos, pois eram portadores de uma "santidade peculiar", e eram "campeões em fidelidade" além de se distinguirem por sua piedade e caridade.

Depreendemos do termo "santidade peculiar" uma crítica (mais uma) à sociedade judaica. Trata-se de uma passagem em que Josefo afirma que os essênios adotavam crianças para a reprodução de sua comunidade. Segundo G. J. II 120-121, os essênios escolhiam crianças, pois ainda eram pias e dóceis, e eram ensinadas de acordo com os princípios essênios. Elas eram retiradas de uma sociedade, que, segundo a facção, estava corrompida pelo poder e pela usurpação do Sumo sacerdócio. Por serem ainda muito novas, não corriam o risco de trazer consigo os males da sociedade judaica para dentro da comunidade dos essênios.

.

⁷ Josefo também designa os fariseus como aqueles que seguiam mais estritamente a Lei.

Pelo que foi exposto até aqui, os essênios caracterizavam-se pela oposição ao governo do Sumo sacerdote que estava no Templo de Jerusalém, e eram valorizados na sociedade judaica por seu apego à religião judaica. Assim, uma questão torna-se fulcral para nosso estudo. Haveria a possibilidade de aproximação entre romanos e essênios?

Partindo da perspectiva religiosa, não. Os essênios se retiraram e se opuseram à sociedade judaica de Jerusalém, adepta do judaísmo assim como eles, por não aceitarem um Sumo sacerdote que não fosse zadokita. Acreditavam que os judeus que não os seguissem estavam corrompidos. Além disso, como já foi frisado, eram considerados como "campeões de fidelidade ao judaísmo", conforme vemos em G. J. II 134, sendo assim, seria muito difícil, senão impossível, uma maior interação com os romanos. De acordo com Josefo em G. J. II, 150-153, os essênios tinham que se lavar toda vez que tocassem em um membro júnior de sua comunidade ou em um estrangeiro, o que evidenciava com maior clareza a impossibilidade de contato entre os romanos e esta facção.

Politicamente, a relação entre romanos e essênios seria ainda mais complicada, pois se eles não aceitavam o Sumo sacerdote não zadokita, não aceitavam, em qualquer circunstância, um domínio estrangeiro. Sendo assim, fosse um Sumo sacerdote não zadokita ou um governo estrangeiro, os essênios eram resistentes, e a saída para o deserto indicava essa posição política de oposição à qualquer governo que não fosse o de deus.

Um último ponto ainda seria importante, o econômico. Os essênios não faziam parte das elites judaicas, e a política romana de conquista visava à cooptação das elites nativas. Contudo, em G. J. II, 124 há uma indicação da extensão dos povoamentos essênios pela Palestina, além da já comentada reputação deste grupo para os judeus. Deste modo, concluímos que teria sido importante para os romanos formar alianças com os essênios.

Todavia, assim como a religião e, em menor grau, a política, as relações sócio econômicas essênias eram um empecilho para a aproximação romana. Em G. J. II 122-124, dois elementos são importantes, a igualdade essênia de um lado, e a pobreza e a riqueza de outro: "os ricos, eles [os essênios] desprezam"; "você não encontrará [em um povoado essênio] pessoas distinguidas umas das outras pela riqueza"; "você não verá em lugar algum [em um povoado essênio] pobreza abjeta ou riqueza excessiva". Com base nestas passagens notamos que os essênios não eram atraídos pelas riqueza material.

Além disso, aparentavam, como indica a documentação, ser respeitados pelo restante da sociedade.

Desse modo, vemos que as vias de comunicação entre romanos e essênios estavam obstaculizadas pelo desapego dos últimos às coisas materiais, sua oposição à política judaica e por sua fidelidade ao judaísmo. Analisamos elementos característicos dos essênios que impediriam uma relação, um diálogo com os romanos quando da chegada destes, em 63 a.C. Neste contexto, afirmamos que qualquer tentativa romana de aproximação seria inócua tendo em vista o que apresentamos acima. O ideal de resistência já estava plantado nos essênios.

Fariseus

Para Benedikt Otzen (2003, pp.154-155), o farisaísmo era oriundo das guerras entre a camada helenizante judaica e os seguidores antiquados da lei, principalmente uma "classe média" e parte do sacerdócio durante a Revolta Macabeia. O que era para ser uma luta religiosa transcende o aspecto sacro e defende posições profanas como a liberdade dos judeus abrangendo questões políticas e sociais.

Na esfera religiosa, os fariseus mostravam suas ideias a partir da concepção de renovação e penitência, onde a Lei devia ser seguida pelos judeus em todos aspectos da vida cotidiana. Defendiam que os judeus, sem exceções, eram obrigados a seguir as privações a que somente os sacerdotes antes eram submetidos, tal proposta foi denominada por Otzen (2003, pp.155-157) como ideia de um Sacerdócio Universal.

Seguir tal ideia de privações era muito difícil para grande parte da população. Desse modo, o farisaísmo mostrava sua faceta elitista, apesar de contar com o apoio popular (WELLHAUSEN, 2001, p.16). O termo fariseus designava aqueles que se separavam. Sendo assim, suas práticas os diferenciavam do restante dos judeus, fazendo-os alcançar um elevado *status* na sociedade. Além disso, regiam escolas de interpretações da lei mosaica que norteavam sua atuação no cotidiano. Tais escolas eram grandes centros rabínicos principalmente após a destruição do Templo em 70 d.C.

Segundo Otzen (2003, p.177), havia uma ala mais radical dos fariseus que acreditava que qualquer contato com os romanos seria contrário à Lei, o que levaria o domínio romano na Judeia a ser marcado por revoltas. Tal concepção é reafirmada por Emil Shcurer (1995), que, com base em Josefo, acredita que os fariseus criam na ideia de que os judeus eram o povo eleito e por isso deviam ser governados por um único senhor, seu Deus. Sendo assim, qualquer governo gentio seria contrário aos preceitos

mosaicos e, portanto, digno de contestação e revoltas. Desse modo, os fariseus, pelo ponto de vista religioso, tornar-se-iam contrários à presença romana na região.

Na ótica de Emil Schurer (1995, pp.389-391), o farisaísmo representava a corrente mais clássica do judaísmo pós-exílico. Reconhecidos por seguir estritamente a Lei Mosaica além de serem os precursores da tradição rabínica oral, o que não quer dizer que não havia rabinos dos saduceus e dos essênios que ensinavam a Tora oralmente. Assim, para Schurer (1995, pp.389-391), o farisaísmo marcou o ponto de partida do judaísmo rabínico após a destruição do Templo de Jerusalém por Tito em 70. Politicamente, eles só agiriam quando os interesses políticos interferissem no cotidiano religioso. Entretanto, deve ser ressaltada a dificuldade em se separar o político do religioso na Antiguidade, sobretudo no caso dos judeus. Logo, a presença romana na região era um ato político que interferia diretamente na religiosidade judaica, como explicitado nas linhas acima.

A respeito do surgimento dos fariseus, Schurer (1995) nos diz que residia nas lutas Macabéias, quando Hasidim, o Pio, lutou ao lado de Judas Macabeus com fins religiosos. Ao perceber que a batalha enveredava-se para o lado da emancipação política dos judeus ele se separou dos Macabeus/Hasmoneus (durante o reinado de João Hircano I), que usurparam o Sumo sacerdócio da antiga linhagem dos saduceus. Com a rainha Alexandra⁸ no comando dos Judeus, os fariseus acalmaram seus ânimos, e sob os romanos e Herodes, assumiram um papel de forte influência sobre a população. (SCHURER, 1995, 400-403).

Por outro lado segue a discussão de Emil Schurer (1995), que apresenta uma análise muito mais densa e complexa dos fariseus. Entretanto, tal análise se ressente de uma perspectiva que apresente mais a relação entre as posições religiosas e políticas dos fariseus, analisando-os como grupos religiosos de interesse político, como propôs Saldarini (2005, p.93). Julius Wellhausen (2001) apresenta os fariseus como um grupo cujo objetivo era o de estender ao máximo a soberania da Lei sobre os terrenos da realidade (WELLHAUSEN, 2001, pp.5-11).

Posto isto, os fariseus configuravam-se como um grupo social formado por aqueles que seguiam as determinações dos escribas, e mais tarde, diretamente os preceitos da Lei. Eram, nas palavras de Wellhausen (2001, pp.37-48), um "partido" teocrático dentro de uma teocracia, a continuação pública dos escribas. A diferença dos

-

⁸ Alexandra foi rainha dos judeus entre 76 e 67 a.C.

fariseus frente aos outros membros da população estava justamente na sua incessante busca por seguir estritamente a Lei. Tornavam-se modelos a serem seguidos e por isso ficaram conhecidos como um "partido" popular, o que não significava ter empatia pelo povo, mas sim serem vistos pelo povo como modelos a serem seguidos (WELLHAUSEN, 2001, pp.11-14).

No que concerne à política, de acordo com Wellhausen (2001, pp.24-36), embora ocupantes do sinédrio, não estavam de acordo com uma dominação estrangeira ou herodiana, por retirarem dos fariseus suas ações políticas. Todavia, não se tratava de os fariseus estarem contra a dominação romana por limitarem sua atuação política, como propôs Wellhausen. A questão não é tão simples. Anthony Saldarini e John P. Meier evidenciam que os fariseus podiam se associar a qualquer grupo político que lhes concedesse a liberdade política para agir, mesmo que isso fosse uma contradição às suas crenças religiosas.

Saldarini (2005, p. 19) aponta para as dificuldades em se estudar os fariseus, decorrentes, principalmente, do preconceito e da escassez das fontes a que temos acesso. Os fariseus seriam, na ótica de Saldarini (2005, p. 52), como uma "classe de servidores", um grupo social que não possuía poder político independente, e precisava se associar ao soberano e/ou governante do momento para adquirir influência na política da Judeia. Sua riqueza não era, em muitos casos, condizente com seu prestígio junto a sociedade, e era seu *status* social que permitia sua aproximação com a camada governante (definida por Saldarini como o grupo dos saduceus).

São duas as definições de Saldarini que se tornam fundamentais para este ensaio. Primeiramente, ele define que os fariseus não possuíam um poder político independente e, por isso, necessitavam do apoio e da aproximação da camada dominante governante. Esta aproximação, necessária para a sobrevida política dos fariseus, seria de grande importância para os governantes, tendo em vista o poder de influência dos fariseus junto ao restante da sociedade judaica. Configura-se, dessa forma, o que Saldarini (2005, p.93) intitula de "grupo de interesse político", a segunda definição importante para nosso trabalho, ou seja, um grupo social organizado que tem em vista a chegada ao poder político, que, no caso dos fariseus, só ocorreria de forma indireta.

John P. Meier, tendo Saldarini como uma de suas referências, apresenta uma definição um pouco mais extensa e minuciosa dos fariseus. De forma resumida, apresentaremos o que Meier (2004, p. 38) chamou de um "esboço minimalista em seis pontos", quais sejam:

- 1. Os fariseus eram era uma facção judaica com interesses políticos e religiosos, assim como os saduceus. Sua existência pode ser retomada desde o século I a.C., o que não nos permite, no entanto, afirmar a data precisa de sua fundação.
 - 2. Tinham grande reputação por sua interpretação rigorosa e precisa da Lei.
- 3. O Templo de Jerusalém e a Lei eram os símbolos da união judaica. Entretanto havia muitas contendas entre os grupos no que concernia à interpretação da Lei, o que gerou as práticas distintivas entre os grupos judeus. Não que tais grupos fossem profundamente diferentes dos judeus comuns, mas sim que eles tinham, devido à interpretação particular da Lei, práticas distintas. Isto enveredava para uma diferenciação básica entre fariseus e saduceus (e também dos essênios): o fato de os primeiros tentarem a todo custo convencer o povo a segui-los. Além de seguir a Lei, os fariseus apresentavam uma devoção à tradição.
- 4. A tradição dos pais era importante, e tinha papel fundamental no cotidiano farisaico.
- 5. As fontes apresentam uma preocupação com a conduta concreta farisaica, uma vez que o judaísmo antigo dava mais ênfase à ortopraxis do que à ortodoxia.
- 6. Em relação à providência divina, Meier afirma que os fariseus representavam o meio termo, acreditando que Deus definia o destino dos homens, que contudo podiam ainda alterá-lo. Nas extremidades estariam os saduceus e os essênios, os primeiros crendo que os homens têm total livre-arbítrio, enquanto que os últimos criam que Deus é responsável por todas as coisas. Ainda, os saduceus, devido a suas atuações políticas, interessavam-se pela importância do esforço humano. Já os fariseus eram pintados por Josefo, na verdade, como defensores do destino, de forma bem escamoteada. Ao identificarmos o farisaísmo como defensor do destino divino, concordamos que seguiam as vontades de Deus e da Lei. Contudo, enveredando para a questão do livre-arbítrio, vemos que era de responsabilidade de Israel e seus filhos seguir as vontades de Deus com suas próprias pernas.

Desse esboço, apreendemos, portanto, que Meier se coaduna com a ideia de grupos de interesses políticos de Saldarini, excluindo qualquer possibilidade de determinismo econômico ou religioso no que concerne ao estudo dos fariseus. Essa é a ideia mais básica, e que deve ser levada em consideração a todo momento. Mesmo quando apresentamos ou discutimos os paradigmas religiosos dos fariseus, é preciso relacioná-los às implicações que traziam para os fariseus junto à política corrente na época e às relações com outros grupos sociais judeus e com os romanos.

Sendo assim, estabelecemos três definições que seguiremos ao analisarmos a dinâmica relacional dos fariseus com os romanos.

- 1ª As posições políticas e religiosas dos fariseus devem ser analisadas em conjunto.
- 2ª Seu poder só seria possível caso se aproximassem da camada governante, ou seja, seu poder político seria sempre indireto.
- 3ª Não deve ser visto como um partido popular, mas sim uma facção apoiada e respeitada pela população devido a seu seguimento estrito da Lei.

Será que podemos ver os fariseus, quando da chegada dos romanos à Judeia, como um grupo social que se oporia aos invasores estrangeiros? As posições políticas e religiosas dos fariseus eram coerentes? Para responder a tais perguntas, utilizamos, mais uma vez, os relatos de Flávio Josefo em "Antiguidades Judaicas" e "História da guerra dos judeus contra os romanos".

Nossa análise dos fariseus tem seu ponto de partida em G. J. I, 107-112, em um trecho onde Josefo analisa o crescimento de poder farisaico dentro do reinado de Alexandra. Tal descrição é muito rica para nossa análise, pois se tratava do governo que originou as batalhas entre Hircano II e Aristóbulo II, pretexto para a entrada efetiva das tropas romanas no território judeu com Cneu Pompeu. Além disso, é importante para vermos como os fariseus atuavam dentro da política judaica no momento imediatamente anterior à chegada dos romanos.

A relação entre a rainha Alexandra e os fariseus é uma categoria que merece ser analisada, principalmente se utilizarmos as passagens escritas por Flavio Josefo em G. J. I, 107-112. Josefo primeiro enaltece a rainha, e apresenta uma posição dúbia a respeito dos fariseus, para depois explicar a relação entre ambos. Na análise da passagem citada Alexandra é apresentada por Josefo como uma "mulher ingênua", mas ao mesmo tempo uma "administradora maravilhosa", características que passam uma imagem positiva da governante judaica para o leitor.

A imagem criada dos fariseus por Josefo é, no entanto, mais conflitante. Quando trata do aspecto religioso dos fariseus, Josefo os valoriza, pois seriam "os intérpretes exatos das Leis" e "excedem o restante da população na observância das Leis". Isso dá mostras de que, na sociedade judaica, os fariseus tinham grande prestígio e *status* em virtude do seguimento estrito da Lei, como defende grande parte dos autores

trabalhados anteriormente⁹. Contudo, quando Josefo foca sua apresentação na relação dos fariseus com a política, o cenário muda de configuração. Josefo nos diz que os fariseus "tomam vantagem sobre uma mulher ingênua" e "regulam Alexandra". Josefo tenta apresentar os fariseus como usurpadores do poder. Ao falar que Alexandra era uma "administradora maravilhosa", Josefo, implicitamente, impede que se questione seu governo e denigre a tentativa de qualquer grupo em controlar o governo e Alexandra.

A partir do momento em que Josefo fala do controle dos fariseus sobre a rainha, lembramos da definição de Saldarini (2005): os fariseus tinham interesses políticos e necessitavam se associar aos governantes para alcançarem o poder. Portanto, os fariseus chegavam ao poder de maneira indireta. E esta tomada indireta de poder é apresentada e criticada por Josefo.

Como falamos anteriormente, as características religiosas e políticas dos fariseus não devem, entretanto, serem tratadas em separado. A análise em conjunto destas duas categorias possibilita a percepção de uma contradição farisaica que seria de grande valia para o governo romano. Tal contradição está situada no fato de Alexandra ser uma governante da dinastia que usurpou o Sumo sacerdócio, os Hasmoneus. Se os fariseus eram os maiores seguidores da lei mosaica eles deveriam ser fiéis ao governo de Deus, ou seja, seguir as ordens dos Sumo sacerdotes da linhagem zadokita. Contudo, os fariseus pareciam não estar dispostos a se afastar da comunidade judaica como fizeram os essênios. Eles mantiveram-se perto do Templo, da agitação política e não se furtavam em se associar a uma governante usurpadora. Lembremos que Alexandra indicou seu filho, Hircano II, conforme vemos em A. J. XIII 408-416, para ocupar o Sumo sacerdócio, mantendo, desse modo, mais um Sumo sacerdote "ímpio", como definiriam os essênios.

Mas como essa atitude dos fariseus favoreceria o processo de dominação imperial romana na região? Os fariseus, como facção político-religiosa que não alcançava o poder de forma independente precisava se aliar a algum grupo governante. Ao se associar à Alexandra eles davam mostras de que poderiam fazer o mesmo com os romanos, desde que estes cedessem espaço político para a atuação farisaica. Contudo, a contradição seria mantida, visto que, manteriam o apoio a um governo não designado

_

⁹ Esta é uma das unanimidades encontradas dentro da discussão historiográfica que traçamos.

por Deus. Tanto em "Antiguidades Judaicas" quanto em "História da guerras dos judeus contra os romanos" notamos esta contradição farisaica.

Na análise de A. J. XIII, 408-416, observamos que Josefo apresenta mais um pouco da relação entre a rainha Alexandra e os fariseus. Mais uma vez, Josefo apresenta características positivas de Alexandra, apresentada como aquela que "tinha o título de soberana" e que aumentou sua força militar e política ("fez dela própria a força duas vezes maior"). Apesar de soberana e forte, Alexandra não poderia sustentar-se contra a pressão farisaica, pois se a rainha era a soberana, os fariseus detinham o poder. Novamente, os fariseus eram descritos como manipuladores visto que eles "trabalhavam sobre os sentimentos da rainha".

Engana-se, porém, quem acha que este tenha sido o primeiro evento envolvendo os fariseus e sua vontade de assumir o poder na Judeia. Hircano I, sogro de Alexandra, também teve contendas com os fariseus. Em A. J. XIII 288-298, notamos uma última categoria de grande valia para nosso trabalho: a relação de Hircano com os Fariseus. Josefo afirmou que Hircano "era muito amado pelos fariseus" e que estes tinham grande influencia sobre o povo. Além disso, segundo a passagem acima citada, Hircano teria pedido ajuda aos fariseus para que eles – aqueles de maior reputação em Jerusalém – o ajudassem a "ser justo". Este pedido de pronto foi aceito pelos fariseus que afirmavam que ele era "totalmente virtuoso". Enquanto Hircano detinha o poder e ansiava pelo apoio da população, os fariseus detinham a influência sobre o povo e desejavam o poder político. A aproximação entre Hircano e os fariseus era, portanto, mais que possível, era viável e satisfatória para ambos os lados.

Conclusão

A política de cooptação das elites locais por Roma não poderia ser efetuada na Judeia com base no apoio de Essênios e Fariseus. Enquanto os primeiros eram diametralmente contra qualquer governo que não fosse oriundo da dinastia zadoquita, os últimos aceitavam a cooptação para que estivessem no topo do poder político. No entanto, frente à população judaica, esta associação seria maléfica, uma vez que eles não estariam de acordo com as normas da Torá de somente aceitar governos divinos, no caso o Sumo sacerdote.

Desse modo, a dominação romana na Judeia encontraria dificuldades em estabelecer seu domínio naquela região, uma vez que duas importantes facções político-religiosas judaicas encontravam-se em oposição à dominação estrangeira.



Fontes.

JOSEPHUS. *The Jewish War*. THACKERAY, H. St. J. trad. Cambridge-Massachusetts and London: Loeb Classical Library - Harvard University Press, 1989.

______ *Jewish Antiquities*. THACKERAY, H. St. J. trad. Cambridge-Massachusetts and London: Loeb Classical Library - Harvard University Press, 1989.

Obras Gerais:

AUGÉ, M. O sentido dos outros. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEARD, Mary & CRAWFORD, Michael. *Rome in the late republic: Problems and Interpretations*. London: Duckworth, 1985.

CHEVITARESE, A. Fronteiras internas atenienses no período clássico. (Re)definindo conceitos e propondo teóricos de análise. In: *Phoinix*, Rio de Janeiro, 10: 63-76, a2004.

_____ Fronteiras culturais no Mediterrâneo Antigo: gregos e judeus nos períodos arcaico, clássico e helenístico. In: *Politeia*: História e Sociedade. Vitória da Conquista. V.4, n.1, b2004 pp. 69-82

CHEVITARESE, A. L.; CORNELLI, G. *Judaísmo, Cristianismo, Helenismo. Ensaios sobre Interações Culturais no Mediterrâneo Antigo*. São Paulo: Annablume, Fapesp: 2007.

_____ (orgs.) *A descoberta do Jesus Histórico*. São Paulo: Paulinas, 2009.

CHEVITARESE, A.L.; CORNELLI, G.; SELVATIC, M. *Jesus de Nazaré. Uma Outra História*. São Paulo: Fapesp/ Annablume, 2006.

GOODMAN, Martin. A Classe Dirigente da Judeia - As Origens da Revolta Judaica contra Roma, 66-70 d.C. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

HUSKINSON, J. (org.). *Experiencing Rome: Culture, identity and power in a Roman world.* Londres. Routledge/Open University. 2000. pp.305-335.

KIPPENBERG, H. *Religião e Formação de Classes na Antiga Judeia*. Tradução de João Aníbal G.S. Ferreira. São Paulo: Paulinas, 1988.

MEIER, J. P. *Um judeu marginal. Repensando o Jesus Histórico*. Vol. 3 Livro 2. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

OTZEN, B.. O Judaísmo na Antigüidade. A história política e as correntes religiosas de Alexandre Magno até o imperador Adriano. São Paulo: Paulinas, 2003.

SILVA, Rosana M.dos S. *Pluralidade e Conflito: Uma História comparada das guerras judaicas entre os século II a.E.C. e I E.C./* Rosana Marins dos Santos Silva – Rio de Janeiro: PPGHC, 2006. pg.142.

SALDARINI, A. Fariseus, escribas e saduceus na sociedade palestinense. São Paulo: Paulinas, 2005.

SCHÜRER, E.. The History of the Jewish People in the age of Jesus Christ (175 b.C. – 135 A.D.). Edinburg: T & T Clark LTD, 1995.

SIMON, M. e BENOIT, A. *Judaísmo e Cristianismo Antigo - de Antíoco Epifânio a Constantino*. São Paulo: Pioneira / EDUSP, 1987.

STERN, M. *Greek and Latin Authors on Jews and Judaism I.* Jerusalem: The Israel Academy of Sciences and Humanities, 1976.

TAINTER, J. *The collapse of complex societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

WELLHAUSEN, Julius. *The Pharisees and Sadducees*. Macon: Mercer University Press, 2001.

WILLIAMS, Margaret. Jews and Jewish communities in the Roman Empire. In: